

Gestão de Propriedades Rurais: Utilização dos Artefatos de Contabilidade e o Nível de Preparação para Geração de Obrigações Acessórias

Management of Rural Properties: The use of Accounting artifacts and the Level of Preparation for Generating Ancillary Obligations

Gestión de Propiedades Rurales: Uso de Artefactos Contables y el Nivel de Preparación para la Generación de Obligaciones Accesorias

Bruna Stroehner Brancher¹

brunabrancher@unochapeco.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/2838668691955529>
<https://orcid.org/0000-0001-7392-3904>

Naline Tres¹

nalinetres@unochapeco.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/6787868546023365>
<https://orcid.org/0000-0003-2419-7226>

Antônio Zanin¹

zanin.antonio@ufms.br
<http://lattes.cnpq.br/5826160717318135>
<https://orcid.org/0000-0001-7837-7375>

Universidade Comunitária da Região de Chapecó, UNOCHAPECÓ, Brasil¹

Recebido em: 10/11/2020 / **Revisão:** 15/11/2020 / **Aprovado em:** 23/07/2021

Editores responsáveis: Prof. Dr. Antônio Giovanni Figliuolo Uchôa e Prof. Dr. Jonas Fernando Petry

Processo de Avaliação: Double Blind Review

DOI: <https://10.47357/ufambr.v3i2.8281>

Resumo

O estudo teve por objetivo identificar a utilização dos artefatos de contabilidade e o nível de preparação dos gestores rurais para a geração de obrigações acessórias. Quanto aos objetivos a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários com questões fechadas de múltipla escolha, a uma amostra de 150 proprietários rurais do município de Pinhalzinho, localizado na região Oeste de Santa Catarina. Os resultados indicam que 18% das propriedades rurais realizam controle de gastos efetuados com cada atividade desenvolvida. Em relação à preparação para a geração de obrigações acessórias, 9% dos proprietários se sentem preparados para quando o cadastro de atividade econômica pessoa física entrar em vigor, e apenas 1% dos proprietários estão preparados para a emissão da nota fiscal do produtor eletrônica. A correlação de Person indica que os proprietários têm interesse de implementar novos controles e o uso de tecnologias está relacionada com a utilização de um software de gestão. Os resultados gerais demonstram a carência de controles contábeis nas propriedades rurais e que muitos proprietários não se sentem preparados para as novas obrigações acessórias.

Palavras-Chave: Gestores Rurais. Obrigações Acessórias. Controles contábeis. NFP-e. SPED.

Management of Rural Properties: The use of Accounting artifacts and the Level of Preparation for Generating Ancillary Obligations

Abstract

The study aimed to identify the use of accounting artifacts and the level of preparation of rural managers for the generation of ancillary obligations. The research is characterized as exploratory and descriptive. Data collection was carried out through the application of multiple choice closed questionnaires to a sample of 150 rural landowners in the municipality of Pinhalzinho, located in the western region of Santa Catarina. The results indicate that 18% of rural properties control expenses incurred with each activity developed. In relation to the preparation for the generation of ancillary obligations, 9% of the owners feel prepared for when the registration of economic activity for individuals comes into force, and only 1% of the owners are prepared to issue the electronic producer invoice. The Person correlation indicates that the owners are interested in implementing new controls and the use of technologies is related to the use of management software. The general results demonstrate the lack of accounting controls on rural properties and that many owners do not feel prepared for the new ancillary obligations.

Keywords: Rural Managers. Accessory obligations. Accounting controls. NFP-e. SPED.

Gestión de Propiedades Rurales: Uso de Artefactos Contables y el Nivel de Preparación para la Generación de Obligaciones Accesorias

Resumen

El estudio tuvo como objetivo identificar el uso de artefactos contables y el nivel de preparación de los administradores rurales para la generación de obligaciones accesorias. En cuanto a los objetivos, la investigación se caracteriza por ser exploratoria y descriptiva. Los datos fueron recolectados a través de la aplicación de cuestionarios con preguntas cerradas de opción

múltiple, a una muestra de 150 propietarios rurales en la ciudad de Pinhalzinho, ubicada en la región occidental del Estado de Santa Catarina, en Brasil. Los resultados indican que el 18% de las propiedades rurales controlan los gastos realizados con cada actividad desarrollada. En relación con la preparación para la generación de obligaciones accesorias, el 9% de los propietarios se sienten preparados para cuando entre en vigor el registro de actividad económica para persona física, y sólo el 1% de los propietarios están dispuestos a emitir la factura electrónica del productor. El coeficiente de correlación de Pearson indica que los propietarios están interesados en implementar nuevos controles y el uso de tecnologías está relacionado con el uso de software de gestión. Los resultados generales demuestran la falta de controles contables en propiedades rurales y que muchos propietarios no se sienten preparados para las nuevas obligaciones accesorias.

Palabras clave: Gestores rurales. Obligaciones accesorias. Controles contables. NFP-e. SPED.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio contribui de maneira significativa na economia do mundo todo, especialmente no contexto familiar, possibilitando o exercício da atividade em família com a expectativa de ganho financeiro e geração de renda (Hofer, Pacheco, Souza & Protil, 2011). O Brasil é reconhecido por seu grande território e pela extensa variedade de produtos do agronegócio de origem agrícola, zootécnica ou agroindustrial. A produção brasileira colabora com uma parcela significativa do produto interno bruto (PIB), correspondente por geração de trabalho, renda e também mantém no ambiente rural inúmeras famílias que sobrevivem com a renda do agronegócio (Kruger; Mazzioni e Boettcher, 2009).

Zanin, Oenning, Tres, Kruger & Gubiani (2014) destacam que a região sul do país contém um número representativo de propriedades rurais, assim como a diversificação de culturas. Contudo, em relação à gestão das propriedades rurais, encontram-se fragilidades na estrutura organizacional e baixa adesão aos controles de gestão nas propriedades. A contabilidade rural torna-se uma ferramenta essencial para o controle e planejamento, possibilitando decisões mais assertivas para a propriedade rural.

O setor agrícola possui algumas particularidades que o diferenciam dos demais setores da economia, o clima determina quais serão as melhores épocas para o plantio de determinadas culturas, colheitas, escolha das espécies, vegetais e animais a serem cultivados/criados nas propriedades (Costa; Libonati & Rodrigues, 2004). Com os avanços tecnológicos, a gestão dessas propriedades passa a ser importante, assim como o aprimoramento das técnicas de produção ajudam para que os produtores rurais estejam aptos a competir com o mercado do agronegócio (Fonseca et al. 2015).

Estudos de Hofer *et al.* (2011), Fonseca, Nascimento, Ferreira e Nazareth (2015), Dal Magro, Vogt, Degenhart, Cunha e Rosa (2016), Lima, Zamproga e Anschau (2016), Nascimento, Morais, Fernandes, Silva e Fernandes (2016) e Rodrigues e Barbosa (2017) destacam a importância de uso da contabilidade para a gestão das propriedades rurais, pois ela contribui para a geração de informações importantes para a tomada de decisão do produtor rural.

Além da importância da contabilidade rural para fins gerenciais, o governo também se utiliza da contabilidade para fins tributários. Um exemplo disso é a inserção da obrigatoriedade da Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e) e o Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física - CAEPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com informações das atividades econômicas exercidas pela pessoa física, quando dispensadas de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) (BRASIL,2018). Essa nova obrigação chega para substituir o CEI (Cadastro Específico do INSS) e para complementar as obrigações iniciadas pela nota fiscal eletrônica que foram implantadas em empresas e com o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) Fiscal e Contábil e em consequência disso o e-SOCIAL.

Diante do exposto a problemática norteadora do estudo pode ser configurada: Quais são os artefatos de contabilidade utilizados para a gestão das propriedades rurais e qual é o nível de preparação dos gestores para a geração de obrigações acessórias? O objetivo é identificar os artefatos de contabilidade utilizados para a gestão das propriedades rurais e identificar o nível de preparação dos gestores para a geração de obrigações acessórias.

Não há literatura que demonstre a percepção e a preparação dos gestores rurais no âmbito do conhecimento das novas obrigações acessórias que serão implementadas para o meio rural. A

partir da nova obrigatoriedade, torna-se necessário para os gestores rurais manter uma contabilidade para atender a legislação fiscal, o que também vai propiciar a geração de informações para a tomada de decisões sobre a propriedade. Tendo em vista a necessidade de artefatos de tecnologia e controles de produtividade, é importante compreender como está a situação dos gestores rurais frente a estes itens, para que seja possível a entrega das obrigações acessórias, cumprindo assim com as exigências do fisco.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Contabilidade rural e gestão das propriedades

Na literatura, a contabilidade rural é amplamente discutida por Crepaldi (2019) e Marion (2020) que destacam que a contabilidade no meio rural tem a finalidade de servir como uma ferramenta de apoio para o planejamento e controle das atividades rurais, contribuindo para o processo decisório. A utilização da contabilidade rural para acompanhar os resultados da propriedade visa garantir a continuidade dos negócios, pois por meio dela é possível analisar, controlar e gerir as informações de modo a auxiliar a tomada de decisões (Crepaldi, 2019; Marion, 2020).

A contabilidade aplicada ao meio rural tem por objetivo propiciar informações relativas aos custos de produção, investimentos, receitas, de modo que o gestor rural possa visualizar a saúde financeira de sua propriedade, tornando a tomada de decisão mais assertiva (Zanin *et al.*, 2014; Fonseca *et al.*, 2015). De acordo com Rodrigues e Barbosa (2017) é necessário a participação de um profissional da área contábil para auxiliar os gestores rurais na utilização de controles e também na tomada de decisão, tornando mais eficiente o gerenciamento das atividades na propriedade.

Dal Magro *et al.* (2016) identificaram a contribuição da contabilidade rural e de custos para a melhoria na gestão da atividade leiteira em uma propriedade rural localizada no oeste de Santa Catarina. Os resultados indicam que a contabilidade rural e a de custos são técnicas conjuntas que, se utilizadas de maneira correta, possibilitam resultados importantes para a melhoria na gestão, visando a eficiência e competitividade da atividade leiteira em pequenas propriedades rurais.

No entanto, pesquisas também apontam que a contabilidade é pouco utilizada no meio rural, de modo que os gestores fazem pouco ou nenhum uso de ferramentas que possibilitem o controle e a gestão da propriedade e que muitas vezes desconhecem a finalidade de utilizar instrumentos que podem auxiliar na tomada de decisão (Mazzioni, Zanin, Kruger & Rocha, 2007).

Zanin *et al.* (2014) encontraram evidências de que a contabilidade é pouco utilizada nas propriedades rurais pesquisadas. Um dos motivos pelo qual as propriedades carecem de controles contábeis se deve à baixa qualificação dos gestores rurais, que na maioria das vezes, encontram-se em uma idade avançada e com baixas perspectivas de sucessão dos filhos na atividade rural. Porém se faz necessário capacitar os gestores rurais por meio de treinamentos e cursos além daqueles já ministrados pelas cooperativas para que seja possível demonstrar a importância da utilização de instrumentos de controle de gestão para a propriedade rural (Zanin *et al.*, 2014).

Lima, Zamprogna e Anschau (2016) demonstraram a importância do uso das tecnologias e de que maneira ela influencia no processo de tomada de decisão dos gestores rurais localizados na região oeste de Santa Catarina. Os resultados apontam que os gestores preferem tomar decisões

baseadas nos controles internos e muitas vezes na vivência e na troca de informações dos técnicos agrícolas da cooperativa em que são associados ao uso de recursos tecnológicos. Outra constatação citada pelos próprios respondentes acontece na comunicação entre os familiares, compartilhando ideias e opiniões.

O estudo de Hofer *et al.* (2011), teve por objetivo verificar a aderência à utilização de controles pelos gestores do agronegócio de pequenas e médias propriedades rurais para a gestão de suas atividades na região oeste do Paraná. Os resultados evidenciam que poucos produtores utilizam controles para a gestão de suas atividades. Constatou-se que ainda há uma resistência muito grande para adotar a contabilidade como ferramenta de gestão e que há necessidade de uma maior conscientização dos produtores rurais quanto aos benefícios que a gestão contábil pode proporcionar para a propriedade rural.

Nascimento *et al.* (2016) analisaram a percepção dos produtores rurais que possuem cadastro na Secretaria da Fazenda sobre a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) no município de Nova Olímpia, estado de Mato Grosso. Os resultados apontam que nenhum produtor utiliza a nota fiscal eletrônica, sendo inviabilizada pela falta de recursos tecnológicos. Porém, os produtores ressaltam que o profissional contábil é importante neste processo pois proveria das ferramentas necessárias para emissão do documento para os produtores.

2.2 Obrigações Acessórias

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi Instituído pelo Decreto n. 6.022, de 22 de janeiro de 2007, como parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2007/2010 do governo Federal. O SPED surgiu da necessidade da unificação de todas as informações que os contribuintes repassam ao fisco (Nascimento, 2013).

Para Bezerra (2010), o SPED é uma ferramenta do sistema tributário inovadora e tecnológica. De acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB) (2017), os principais objetivos do SPED são: “a) promover a integração dos fiscos; b) racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes; c) tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários”. Complementando o exposto, os achados de Silva, Passos, Gallo & Peters (2013) demonstram que a implementação do SPED aumenta a eficiência do fisco em relação aos mecanismos de auditoria tributária referente às informações prestadas pelas empresas.

A RFB (2017) destaca diversos benefícios do SPED, como a rapidez no acesso às informações, uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas, melhoria da qualidade da informação e possibilidade de cruzamento entre os dados. Embora existam vários fatores que poderiam estimular as empresas para a implantação do SPED, destaca-se o fisco como o principal influenciador perante as decisões de sua adoção, devido ao fato de ser uma obrigação governamental, que influencia na tomada de decisões acerca do tema (Gonçalves, Nascimento, Bouzada & Pitassi, 2016).

Dessa forma, a implantação do projeto SPED melhora as informações geradas pelas organizações, garantindo fidedignidade e qualidade aos dados, devido ao maior planejamento e controle das operações realizadas (Ruschel, Frezza & Utzig 2011; Silva Filho, Leite Filho & Pereira 2015; Zanin, Silveira, Barichello & Reis, 2017). A implantação do SPED exige maior organização do planejamento e controle das operações, na qual se faz necessário a implantação de novas rotinas que possibilitem controles mais assertivos, assim como investimentos em

tecnologias e recursos humanos (Zanin, Paula, Rafaloski & Camargo, 2018; Almeida; Gasparetto; Schonorrenberger, 2019).

O Projeto da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é uma iniciativa integrada da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), buscando atendimento ao Protocolo de Cooperação ENAT nº 02, de 7 de dezembro de 2007 (Bezerra, 2010). A legislação que trata da NF-e está baseada em três atos legais: os ajustes SINIEF, os Protocolos ICMS e os Atos COTEPE. Os Ajustes SINIEF são responsáveis por instituir nacionalmente a NF-e e o DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) (Fernandez, 2012).

Os benefícios para as administrações tributárias com a implantação da NF-e, referem-se ao aumento da confiabilidade da nota fiscal, diminuição da sonegação e aumento da arrecadação (Portal da NF-e, 2019). De acordo com Portal da NF-e (2019), o projeto NF-e teve como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para substituir a sistemática de emissão de documento fiscal em papel.

A Nota Fiscal de Produtor Eletrônica (NFP-e) é um documento de existência apenas digital, emitido e armazenado eletronicamente com o intuito de documentar, para fins fiscais, uma operação de circulação de mercadorias (SPED PR/NFP-e, 2019). A NFP-e possui as mesmas atribuições e validade jurídica da Nota Fiscal de Produtor em papel, modelo 4. É uma nota fiscal eletrônica modelo 55, que foi adequada para o produtor rural emití-la por meio de sistema eletrônico (SPED PR/ NFP-e, 2019).

Os benefícios da NFP-e é a eliminação da prestação de contas na prefeitura, redução de erros de escrituração e sua emissão poderá ser feita em qualquer lugar que possua computador com acesso à internet, sem que o produtor precise ir até a prefeitura (SPED PR/ NFP-e, 2019).

O Cadastro de Atividade Econômica da Pessoa Física - CAEPF é o cadastro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com informações das atividades econômicas exercidas pela pessoa física, quando dispensadas de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ (IN RFB Nº 1828, 2019). Essa nova obrigação chega para substituir o CEI (Cadastro Específico do INSS). Estão obrigados a inscrever-se no CAEPF as pessoas físicas que exercem atividade econômica como contribuinte individual, segurado especial e titular de cartório (BRASIL,2018)

Deverá ser emitida uma inscrição para cada propriedade rural de um mesmo produtor, ainda que situadas no âmbito do mesmo município e uma inscrição para cada contrato com produtor rural, parceiro, meeiro, arrendatário ou comodatário (BRASIL, 2018). A suspensão da inscrição no CAEPF será realizada pela RFB quando houver inconsistência cadastral e a informação da suspensão será disponibilizada por meio da consulta do comprovante de inscrição no CAEPF (Brasil,2018).

A inscrição será paralisada a partir do momento em que a pessoa física informar à RFB que houve a interrupção temporária de sua atividade, retornando para a situação ativa a partir do momento em que a pessoa física informar que houve o reinício da atividade (Brasil,2018).

3 METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se sob três enfoques, conforme Raupp e Beuren (2012): quanto aos objetivos; quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema. Quanto aos objetivos

se caracteriza como exploratória e descritiva. Segundo Gil (2002, p. 41), “as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

Para Gil (2002, p.1), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, o estabelecimento de relações entre variáveis”. Em relação aos procedimentos metodológicos a pesquisa classifica-se como *survey*, no qual foi aplicado um questionário para os produtores rurais a fim de captar a percepção destes com o advento da NFP-e e CAEPF, além de verificar a utilização de artefatos da contabilidade e uso de tecnologias na propriedade rural. De acordo com Colauto e Beuren (2006), os dados coletados nesse tipo de pesquisa, podem ser baseados numa amostra retirada da população, podendo variar o grau de erro ou viés.

A pesquisa é de abordagem quantitativa e contempla uma amostra de 150 propriedades rurais. A coleta de dados ocorreu entre os meses de dezembro 2019 e fevereiro de 2020 com gestores rurais do município de Pinhalzinho/SC, utilizando-se de um questionário composto por 11 questões de múltipla escolha, adaptado do estudo de Zanin *et al.* (2014) com questões fechadas e de múltipla escolha. De posse dos dados, os mesmos foram agrupados em tabelas, utilizado frequência relativa e frequência absoluta e analisados por meio de estatística descritiva.

Figura 1

Construto do questionário

Perguntas	Autores de base
Caracterização de propriedade e dos proprietários	Zanin <i>et al.</i> (2014)
Utilização de artefatos de contabilidade na propriedade rural	Zanin <i>et al.</i> (2014)
Utilização de tecnologias na propriedade rural	Elaboradas pelos autores
Conhecimento sobre o envio das obrigações acessórias	Elaborado pelos autores

Note. Fonte: elaborado pelos autores

No Quadro 1, pode-se visualizar o construto (questionário Apêndice I) utilizado para a coleta dos dados. Em relação à caracterização da propriedade e dos respondentes, as perguntas foram extraídas de Zanin *et al.* (2014), e foram necessárias para identificar tanto o tamanho da propriedade como também características referentes aos proprietários, dados estes que podem influenciar na forma com que a contabilidade é utilizada na propriedade (Zanin *et al.*, 2014). Assim tem-se a importância de identificar os respondentes para compreender e analisar a amostra adquirida pela pesquisa.

As perguntas que se referem a utilização de artefatos de contabilidade na propriedade rural também foram extraídas de Zanin *et al.* (2014). Estas foram utilizadas para compreender quais são os instrumentos relacionados a gestão da propriedade que os gestores rurais se utilizam, além de compreender quais tipos de controles os gestores têm interesse em implementar para melhorar a gestão da propriedade rural.

Em relação a pergunta sobre a utilização de tecnologias na propriedade, esta foi elaborada pelos autores, com a finalidade de captar quais são os equipamentos utilizados na propriedade, tendo em vista que, o uso de tecnologias também pode contribuir no sentido de melhorar a gestão da propriedade rural, trazendo para o gestor diferentes mecanismos e possibilidades de controle da sua produção e das informações financeiras.

A respeito do conhecimento sobre o envio das obrigações acessórias, as perguntas foram elaboradas pelos autores para poder compreender o nível de conhecimento dos gestores rurais

sobre as referidas obrigações. Adicionalmente, também para compreender sobre a forma com que eles conheceram essa obrigatoriedade e se já procuraram um contador para auxiliar no cumprimento das obrigações.

Além da análise descritiva, apresentou-se também a correlação de Pearson, trazida na pesquisa como uma análise adicional, para compreender se as características da propriedade e do gestor tem relação com a utilização dos controles utilizados na propriedade rural. O quadro 2 apresenta as variáveis utilizadas na análise da correlação de Pearson e de que forma elas foram construídas:

Figura 2

Construto das variáveis de correlação

Variável	Descrição	Fórmula
CTRLEX	Controles existentes	Índice da soma dos controles existentes (com exceção dos controles exigidos)
TEC	Tecnologias	Índice da soma das tecnologias
CTRLIN	Interesse por novos controles	Índice da soma dos controles que há interesse em implantar
TAMP	Tamanho propriedade	Propriedades com até 30 ha = dummy 0 / Propriedade com mais de 30 há = a dummy 1
IDPO	Idade do proprietário	Proprietários até 45 anos = dummy 0 / Proprietários com mais de 45 anos = dummy 1
CONTEX	Controles exigidos	Não possui controles exigidos pela empresa parceira = dummy 0 / Possui controles exigidos pela empresa parceira = dummy 1
PCONT	Procurou contador	Não procurou contador = dummy 0 / Procurou um contador = dummy 1
SOFTG	<i>Software</i> de gestão	Não possui <i>software</i> de gestão = dummy 0 / Possui <i>software</i> de gestão = dummy 1
ESPO	Escolaridade do proprietário	Ensino básico incompleto, Ensino básico completo, Ensino médio incompleto = dummy 0 / Ensino médio completo, Ensino superior incompleto, Ensino superior completo = dummy 1

Note. Fonte: Elaborado pelos autores

A construção das variáveis para a correlação de Pearson foi elaborada de acordo com as características da amostra da pesquisa. A população pesquisada de modo geral, são gestores rurais com idade mais avançada, baixa escolaridade e que possuem pequenas propriedades. Essas informações possibilitaram construir as variáveis de modo a entender como esses gestores rurais fazem a gestão da propriedade, por meio da correlação de informações, para compreender se as características do gestor ou da propriedade estão relacionadas a existência de artefatos de contabilidade ou com o uso de tecnologias na propriedade rural.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Os dados foram coletados em 150 propriedades do município de Pinhalzinho, região oeste de SC, através de questionário adaptado a partir do estudo de Zanin *et al.* (2014). Quando chegaram os primeiros colonizadores no município de Pinhalzinho nos anos de 1931, as famílias eram mais numerosas e quando os filhos constituíam suas famílias, as áreas de terras foram se dividindo, passando para seus herdeiros, tornando áreas de terras pequenas propriedades. Devido a essas especificidades, os produtores do município focaram na atividade de leite, frangos e suínos, pois não demanda grandes áreas de terra, embora tenha produção de grãos em menor quantidade (Pinhalzinho, 2020). Inicialmente são apresentados na Tabela 1 os dados da caracterização das propriedades.

Tabela 1*Caracterização das propriedades rurais por tamanho*

Tamanho da propriedade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Até 10 Hectares	61	41%
De 11 a 20 Hectares	38	25%
De 21 a 30 Hectares	25	17%
De 31 a 40 Hectares	18	12%
Acima de 40 Hectares	8	5%
Total	150	100%

Note. Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 1 a predominância de propriedades com área de até 10 hectares, ou seja, 61 propriedades, representando 41% da amostra, de forma geral, percebe-se que a maioria das propriedades da amostra são de pequeno porte. Entre 11 e 20 hectares foram identificadas 38 propriedades, representando 25% da amostra. Do mesmo modo que Zanin *et al.* (2014), o estudo também encontra evidências da predominância de propriedades rurais de pequeno porte situadas na região oeste de SC. Na Tabela 2 pode-se destacar as principais atividades desenvolvidas nas propriedades.

Tabela 2*Principais atividades desenvolvidas na propriedade*

Atividade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Gado De Leite	101	67%
Milho	100	67%
Gado de Corte	94	63%
Soja	53	35%
Frango de Corte	50	33%
Trigo	37	25%
Suínos	33	22%
Outros	34	23%

Note. Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 2 evidencia as atividades praticadas nas propriedades, sendo a mesma de múltipla escolha, no qual os respondentes poderiam assinalar mais que uma atividade, conforme a realidade de cada um. Observa-se que em relação às atividades predominantes na região pesquisada, em 101 propriedades, que corresponde a 67% da amostra, a atividade leiteira é considerada a principal. Em 100 propriedades, que corresponde a 67%, o milho é a principal atividade, seguido pelo gado de corte que representa 63% das propriedades, totalizando 94. Outras atividades também foram pontuadas pelos respondentes, porém tiveram pouca representatividade no contexto da pesquisa, como perus, feijão, verduras, fumo e pequena agroindústria que realiza venda de mandioca, farinha de milho e arroz, totalizando 34 propriedades em um total de 23%.

Tabela 3*Participação dos gestores rurais em cooperativas*

Atividades	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Gado de Leite	100	67%
Grãos	91	61%
Avicultura- Frango de Corte	51	34%

Suínos	33	22%
Perus	12	8%
Fumo	11	7%
Agroindústria	1	1%

Note. Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 3 se refere à participação dos produtores nas cooperativas presentes na região. Constatou-se que 67% das propriedades participam de alguma cooperativa com a venda da produção de leite, 61% das propriedades realizam a venda de grãos para cooperativas como cooperados, seguido da avicultura de frango de corte (34%) e produção de suínos (22%). Nota-se que o cooperativismo está bem presente na região. Santa Catarina tem a maior taxa de adesão ao cooperativismo, pois mais da metade da população está direta ou indiretamente vinculada a essas organizações, representando mais de 4,5 milhões de catarinenses (Diário do Iguazu, 2019).

A Tabela 4 refere-se à idade do casal, proprietário e da proprietária. Salienta-se que em 7 propriedades os proprietários realizam as atividades sem a presença do cônjuge.

Tabela 4

Idade dos proprietários e proprietárias

Idade	Frequência Absoluta Proprietário	Frequência Relativa Proprietário	Frequência Absoluta Proprietária	Frequência Relativa Proprietária
Até 35 anos	11	7%	17	12%
36 Até 45 anos	42	28%	53	37%
46 Até 55 anos	61	41%	53	37%
Acima 55 anos	36	24%	20	14%
Total	150	100%	143	100%

Note. Fonte: Dados da pesquisa

Identificou-se que 41% dos proprietários estão na faixa de 46 até 55 anos, seguido de 28% de proprietários que estão entre 36 e 45 anos de idade. Identificou-se também a falta de homens mais novos no meio rural. Somente 7%, ou seja, 11 proprietários possuem até 35 anos. Este estudo corrobora com Zanin *et al.* (2014), que identificou que as propriedades são administradas por pessoas de mais idade, evidenciando a preocupação com a pouca sucessão familiar no meio rural. Do mesmo modo, identificou-se que 37% das proprietárias possuem de 36 e 45 anos e também 37% para as proprietárias de 46 até 55 anos.

A Tabela 5 evidencia a escolaridade dos proprietários e proprietárias:

Tabela 5

Escolaridade dos proprietários e proprietárias

Grau de escolaridade	Frequência Absoluta Proprietário	Frequência Relativa Proprietário	Frequência Absoluta Proprietária	Frequência Relativa Proprietária
Ensino básico incompleto	68	45%	67	47%
Ensino básico completo	52	35%	48	34%
Ensino médio incompleto	19	13%	16	11%
Ensino médio completo	8	5%	9	6%
Ensino superior incompleto	1	1%	1	1%

Ensino superior completo	2	1%	2	1%
Total	150	100%	143	100%

Note. Fonte: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 5, identificou-se que 68 proprietários (45%) não concluíram o ensino básico, que contempla de 1ª a 8ª série. Constatou-se que 52 proprietários (35%) completaram o ensino básico. Também se identificou que apenas 5%, ou seja, 8 dos respondentes concluíram o ensino médio, apenas 1 está cursando ensino superior e apenas 2 proprietários possuem ensino superior completo.

A partir dos dados da Tabela 5, constatou-se que 67 proprietárias (47%) não concluíram o ensino básico. Somente 34% das proprietárias concluíram o ensino básico, e também se identificou que 9 proprietárias (6%) possuem ensino médio completo, apenas 1 está cursando ensino superior e apenas 2 proprietários possuem ensino superior completo.

Na sequência, questionou-se os respondentes sobre as tecnologias utilizadas na propriedade, pois para emissão da NFP-e é necessário ter equipamentos de informática, sendo que os respondentes puderam assinalar mais de uma opção, conforme se verifica na Tabela 6.

Tabela 6

Equipamentos de tecnologia utilizados na propriedade

Tecnologias	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Celular	131	87%
Internet	51	34%
Telefone	50	33%
Computador	41	27%
Impressora	14	9%
Software de Gestão	10	7%

Note. Fonte: Dados da pesquisa

Por meio da Tabela 6 verifica-se que 87% das propriedades participantes da pesquisa possuem celular. 34% das propriedades entrevistadas possuem internet, 33% das propriedades, possuem telefone fixo, 27% possuem computador, 9% das propriedades possuem impressora e apenas 7% possuem algum programa de gestão. Os respondentes relataram que preferem tomar as decisões a partir da vivência e na troca de informações entre familiares. Por isso muitos não sentem a necessidade de ter um computador ou até mesmo um programa de gestão. O estudo corrobora com Lima *et al.* (2016) no qual os resultados apontaram que os gestores preferem fazer a tomada de decisões baseada em controles internos e na troca de informações.

A Tabela 7 refere-se aos controles utilizados pelos gestores rurais. Eles tiveram a opção de assinalar mais de uma resposta.

Tabela 7

Artefatos de contabilidade utilizados na propriedade

Controles utilizados na propriedade	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Controles exigidos pela empresa parceira em alguma atividade desenvolvida.	133	89%
Controle de gastos efetuados com cada atividade desenvolvida	27	18%
Controle de produtividade das atividades desenvolvidas	18	12%
Não há controles	18	12%

Controle dos estoques de insumos e produto acabado.	11	7%
Controle de caixa, apontando quando e como foram feitos os pagamentos da propriedade.	7	5%
Controle de gastos com cada maquinário existente na propriedade	2	1%
Controles que permitem apurar resultados das atividades desenvolvidas na propriedade.	2	1%
Separa contas da propriedade daquelas do proprietário.	0	0%
Outros	0	0%

Note. Fonte: Dados da pesquisa

Conforme exposto na Tabela 7, 89% das propriedades possuem algum controle exigido pela empresa parceira em alguma atividade desenvolvida. Por exemplo: Controle da produção diária (litros-de-leite-dia) no qual soma-se a produção da manhã e da tarde, a qual servirá para apontar a produção mensal e manter o controle da produção entregue aos laticínios. O controle de desempenho de frangos de corte, consta quantidade de aves alojadas, peso médio inicial e quantidade de ração fornecida diariamente. Referente ao controle de gastos com cada atividade desenvolvida, 18% das propriedades entrevistadas afirmaram que controlam os gastos e possuem conhecimento sobre eles.

O controle de caixa é realizado por apenas 5% das propriedades. Os controles que permitem apurar os resultados das atividades desenvolvidas na propriedade são realizados em apenas 2 propriedades, ou seja 1%, e nenhuma propriedade separa as contas das atividades desenvolvidas daquelas do proprietário e não possuem outros métodos de controle. Conforme o estudo de Fonseca *et al.* (2015), a contabilidade rural é um importante instrumento de gerenciamento, no qual possibilita verificar a real situação do negócio, evidenciando suas principais necessidades, sendo imprescindível para o processo de tomada de decisão. Porém, é possível identificar a baixa utilização de controles nas propriedades entrevistadas, em que os controles exigidos da empresa parceira são os que mais são utilizados.

Rodrigues e Barbosa (2017) identificaram que a falta de um contador nas entidades rurais gera grandes consequências, pois as mesmas não possuem um gerenciamento financeiro e acabam não separando as despesas pessoais das despesas da atividade rural, o que acarreta em uma inadequada apuração de resultado.

Hofer *et al.* (2011) destacam que poucos produtores utilizam controles para a gestão de suas atividades, pois constatou-se que há resistência dos produtores rurais em adotar a contabilidade como ferramenta de gestão. Segundo Rodrigues e Barbosa (2017) os produtores rurais geralmente utilizam a contabilidade somente para fins fiscais e a partir do momento que o proprietário tiver conhecimento do que se passa em seu patrimônio ajudará na prevenção de problemas futuros.

A Tabela 8 refere-se ao interesse na implantação de controles na propriedade, no qual os respondentes puderam assinalar mais de um tipo de controle, de acordo com seu interesse para atender as suas necessidades, tendo como finalidade melhorar a gestão.

Tabela 8

Interesse na implantação de artefatos de contabilidade na propriedade

Controles	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Controle de gastos efetuados com cada atividade desenvolvida	60	40%

Controle de produtividade das atividades desenvolvidas	43	29%
Controles que permitem apurar resultados das atividades desenvolvidas na propriedade.	41	27%
Controle de caixa, apontando quando e como foram feitos os pagamentos da propriedade.	35	23%
Não há interesse em implantar controles na propriedade	28	19%
Controle de gastos com cada maquinário existente na propriedade	8	5%
Separar contas da propriedade daquelas do proprietário (viagens, carros, etc.)	6	4%

Note. Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 8, que o controle de gastos gerou interesse de 40% dos respondentes, seguido do controle de produtividade apontado por 29% da amostra. Em relação à implantação de controles para apurar o resultado das atividades desenvolvidas, há o interesse de 27% dos proprietários, e 23% possuem interesse em implantar o controle de caixa, apontando quando e como foram feitos os pagamentos da propriedade. Porém, 19%, ou seja, 28 respondentes, não demonstram nenhum interesse em implantar controles na propriedade. Contudo percebe-se que a maioria dos proprietários consideram relevante implantar controles que possibilitam ter uma visão mais abrangente da propriedade por meio da gestão dos gastos, produtividade e resultados.

Os resultados corroboram com o estudo de Zanin *et al.* (2014) no qual os proprietários relataram ter interesse em implantar controles gerenciais na propriedade e também alguns respondentes que consideram suficiente os controles que já estão sendo feitos e que não possuem tempo para preencher planilhas e realizar análises diante das atividades desenvolvidas.

A Tabela 9 apresenta o nível de conhecimento dos produtores rurais com relação às novas obrigações acessórias do produtor rural, sendo estas o CAEPF e a NFP-e. Embora a obrigatoriedade de implantação do CAEPF e NFP-e foram prorrogadas algumas vezes, a exemplo da implantação do e-Social, serão exigidas em algum momento, recomendando-se que os gestores das propriedades rurais estejam preparados, sob pena de sofrerem penalidades por não cumprirem a legislação.

Tabela 9

Conhecimento sobre o CAEPF e NFP-e

	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
	CAEPF	CAEPF	NFP-e	NFP-e
Não tenho conhecimento	48	32%	80	53%
Ouvi falar, mas não sei o que é	60	40%	36	24%
Já me informei sobre o que é e como vai funcionar, mas não me sinto preparado.	29	19%	32	21%
Estou preparado para quando esta obrigação entrar em vigor	13	9%	2	1%
Total	150	100	150	100

Note. Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 9, que em relação ao CAEPF, 32% dos respondentes não tem conhecimento desta obrigação, 40% dos respondentes já se informaram sobre o que é o CAEPF, e 19% já se informaram, mas não se sentem preparados para quando a obrigação entrar em

vigor. Apenas 9% dos respondentes se sentem preparados para quando esta obrigação entrar em vigor.

Em relação à NFP-e, ela ainda não é obrigatória no estado de Santa Catarina. Torna-se obrigatório somente se o produtor realizar qualquer operação interestadual, sendo então obrigatório o credenciamento na NFP-e, não podendo mais retornar para o bloco de produtor rural (RICMS-SC/01, Anexo 11, art. 9º - J ao K). Observa-se que 53% dos respondentes não possuem conhecimento sobre a nova obrigação da Nota Fiscal de Produtor Eletrônica – NFP-e, 24% dos respondentes já ouviram falar, mas não sabem o que é, e 21% já se informaram sobre o que é e como vai funcionar, mas não se sentem preparados. Pode-se observar também que 1%, ou seja, 2 proprietários se sentem preparados para quando a nova obrigação entrar em vigor. Percebe-se que os gestores rurais de modo geral estão despreparados para quando estas obrigações entrarem em vigor.

A Tabela 10 traz a informação sobre como os agricultores souberam da obrigatoriedade do CAEPF e NFP-e.

Tabela 10

Como você soube da obrigatoriedade do CAEPF e NFP-e?

Opções	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Não Sabia	51	34%
Procurei um contador para me informar	47	31%
Rádios, jornais, internet, TV	45	30%
Palestra	4	3%
Curso	3	2%
Total	150	100

Note. Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que 51 proprietários (34%) não sabiam da obrigatoriedade do CAEPF e da NFP-e, enquanto 47 proprietários (31%) procuraram um contador para se informar, e, 45 proprietários (30%) ouviram no rádio, jornais, internet ou TV. Pode-se observar também que 3% dos respondentes souberam através de palestras e 2% por meio de algum curso.

A Delegacia da Receita Federal de Joaçaba da 9ª Região Fiscal, promoveu palestras através das secretarias municipais de Agricultura, Senar, Epagri, Sindicatos Rurais e de Sindicatos de Contadores da região Oeste de Santa Catarina, para orientar e esclarecer essa nova obrigatoriedade para o Produtor Rural. No entanto, não tem atingido o público alvo com eficiência, principalmente pelo fato do produtor rural não estar acostumado a prestar informações para a Receita Federal e também por relutar com certa desconfiança para esta obrigatoriedade. As sucessivas prorrogações também causam descrédito sobre a implantação, acreditando que não será cobrado em menor tempo. Os produtores rurais não se sentem incluídos como contribuintes obrigatórios de informações fiscais.

Na sequência, efetuou-se a análise adicional da correlação de Pearson, conforme apresentado Tabela 11. Esta análise não está contemplada no objetivo da pesquisa, mas serviu para verificar se as características das propriedades e seus proprietários, possuem relação com os controles que são utilizados, assim como em relação ao interesse pela implementação de novos controles, existência de um software de gestão e a procura de um contador para o cumprimento das obrigações acessórias.

Tabela 11*Correlação das variáveis*

VARIÁVEIS	CTRLEX	TEC	CTRLIN	TAMP	IDPO	CONTEX	PCONT	SOFTG	ESPO
CTRLEX	1								
TEC	0,110	1							
CTRLIN	-0,026	0,065	1						
TAMP	0,074	0,314**	-0,064	1					
IDPO	0,142	0,023	0,140	-0,053	1				
CONTEX	0,160	-0,059	-0,085	-0,051	0,044	1			
PCONT	0,060	-0,025	0,234**	-0,017	0,108	0,015	1		
SOFTG	0,256**	0,543**	0,030	0,223**	0,086	0,011	0,050	1	
ESPO	0,029	0,005	0,172*	0,001	-0,167*	0,086	0,101	0,027	1

CTRLEX = Controles existentes; TEC = Tecnologias; CTRLIN = Interesse de novos controles; TAMP = Tamanho da propriedade; IDPO = Idade proprietário; CONTEX = Controles exigidos; PCONT = Procurou um contador; SOFTG = *Software* de gestão; ESPO = Escolaridade do proprietário

A correlação é significativa no nível de 0,01.

Note. Fonte: Dados da pesquisa

A correlação de Pearson indica uma associação fraca de 0,314** entre as tecnologias existentes na propriedade com o tamanho da propriedade rural, indicando que as maiores propriedades são aquelas que utilizam mais tecnologias daquelas destacadas na pesquisa. A variável PCONT também apresentou uma correlação fraca de 0,234** com a variável CTRLIN que indica que os gestores rurais que procuraram um contador para entender as novas obrigações acessórias também são aqueles que possuem interesse em implantar novos controles na propriedade. Dessa forma, pode-se perceber que estes gestores rurais além da preocupação de cumprir as obrigações com o fisco, também têm o interesse de melhorar os controles de gestão na propriedade. A busca por um profissional contábil para atender às exigências do fisco, pode contribuir tanto para o atendimento das obrigações acessórias, como também para melhorar a gestão da propriedade, pois se fará necessário a utilização de controles que permitam identificar os resultados das atividades desenvolvidas na propriedade rural. Adicionalmente, irá contribuir para munir o gestor rural de informações temporais para sua tomada de decisão, visando uma melhor utilização dos recursos.

A variável SOFTG apresenta uma correlação fraca de 0,256** com a variável CTRLEX, apesar de uma correlação fraca que pode ter se dado devido ao baixo número de propriedades que possuem um sistema para controlar as atividades e finanças, indica que o software de gestão está positivamente associado aos controles existentes. Observa-se também que a variável SOFTG está moderadamente associada à variável TEC, demonstrando que quanto mais tecnologias existentes na propriedade mais provável que se utilize um software de gestão. A utilização de softwares para realizar controles financeiros e também das atividades na propriedade rural é importante para garantir mais segurança às informações geradas, contribuindo para que o gestor rural tome decisões mais assertivas sobre o futuro da propriedade. Além de que, contribuirá para a prestação de informações que deverão ser enviadas ao fisco.

A variável SOFTG também apresentou uma correlação fraca de 0,223** com a variável TAMP, que indica que a utilização de um software de gestão está positivamente relacionada com o tamanho da propriedade rural. A variável IDPO apresentou uma relação negativa fraca com a variável ESPO. Esta relação indica que a idade influencia negativamente na escolaridade, em que proprietários com mais idade possuem o indicativo de uma escolaridade mais baixa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da pesquisa foi identificar os artefatos de contabilidade utilizados para a gestão das propriedades rurais e identificar o nível de preparação dos gestores rurais para a geração de obrigações acessórias em propriedades rurais do município de Pinhalzinho, Oeste de Santa Catarina. A amostra se compõe de 150 propriedades rurais, e a coleta de dados ocorreu entre os meses de dezembro de 2019 e fevereiro de 2020.

Constatou-se que a maioria das propriedades rurais são de pequeno porte. Em relação às atividades desenvolvidas, destaca-se a produção leiteira, gado de corte, cultivo de grãos, criação de frango de corte e suínos.

Em relação aos equipamentos de tecnologias, constatou-se que 87% das propriedades possuem celular, e 41 propriedades, correspondendo a 27% possuem computador e apenas 34% possuem internet na propriedade. Para o envio das obrigações acessórias faz-se necessário a utilização da internet, item que carece na maioria das propriedades, o que pode dificultar ou até mesmo inviabilizar o envio das informações do CAEPF quando entrar em vigor, bem como para a emissão das notas fiscais.

A faixa etária dos gestores rurais concentra-se entre 46 a 55 anos, representando 41% da amostra, enquanto 45% possuem o ensino básico incompleto. Em relação às proprietárias, 37% se enquadram na faixa etária de 46 a 55 anos e 47% possuem o ensino básico incompleto. O fato dos respondentes se enquadrarem em uma faixa etária maior e menor escolaridade, pode proporcionar maior dificuldade em relação à utilização de tecnologias na propriedade.

Identificou-se que 89% dos respondentes possuem algum controle exigido pela empresa parceira e 18% possuem controle de gastos efetuados com cada atividade. Com relação ao interesse de implantar controle na propriedade, identificou-se que 40% dos respondentes possuem interesse em implantar o controle de gastos efetuados com cada atividade desenvolvida, enquanto 19% não possuem interesse de implantar controles na propriedade. Destaca-se que com a implantação de novos controles é possível melhorar até mesmo a produtividade, além de evidenciar o resultado de cada atividade.

Em relação ao CAEPF, 29% dos gestores rurais já se informaram sobre o que é e como a obrigação vai funcionar, mas não se sentem preparados para realizar o envio das informações, e 40% dos gestores não possuem conhecimento algum sobre a nova obrigação que entrará em vigor. Em relação a NFP-e identificou-se um número considerável de proprietários que não têm conhecimento (53%) e 34% não sabiam da obrigatoriedade de ambas as obrigações acessórias.

A correlação de Pearson indica uma correlação fraca entre o tamanho da propriedade e tecnologias existentes, *software* de gestão e controles existentes, interesse em implantar novos controles e a procura por um contador. Esses achados indicam que mesmo que de forma tímida, a contabilidade e suas ferramentas estão presentes em propriedades que participaram da pesquisa, porém percebe-se que se faz necessário ampliar o uso dos controles contábeis, interesse que também está partindo dos gestores rurais, como foi possível identificar. A correlação de Pearson também indica que o uso de tecnologias também viabiliza a utilização de *softwares* de gestão.

De modo geral, os resultados da pesquisa ressaltam a carência de tecnologia para o início dessas obrigações e principalmente a dificuldade para o envio das informações, com isso muitos proprietários precisarão do auxílio de um profissional contábil.

Observou-se que a maioria dos proprietários possuem somente o controle exigido pela empresa parceira, não realizando outros controles, mas sentem a necessidade de implantá-los. Diante disso, o contador pode ser a peça chave para o gestor rural no que tange à preparação e envio das informações. Dessa forma, torna-se importante a presença de um contador para orientar o gestor rural em relação aos controles necessários, não apenas para viabilizar o envio das informações ao fisco, como também para melhorar a gestão da propriedade rural e consequentemente melhorar os resultados das atividades desenvolvidas.

Os achados deste estudo não podem ser generalizados, pois a população está concentrada em um único município de SC, e devido à extensão do território brasileiro, há diferenças significativas entre as regiões. O tamanho da propriedade, escolaridade dos gestores rurais podem influenciar diretamente na ampliação dos conhecimentos sobre controles contábeis, bem como na utilização de meios de comunicação, dentre os quais, destaca-se a necessidade de ter computadores e internet.

Como estudos futuros, sugere-se ampliar a amostra, selecionando respondentes de todas as regiões, tendo em vista que algumas regiões rurais são mais desenvolvidas que outras, e isso influencia diretamente na utilização de meios de comunicação, e por consequência, conseguem se adequar mais facilmente às exigências do Fisco.

Agradecimento: Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES.

REFERÊNCIAS

- Almeida D. M., Gasparetto, V., Schonorrenberger, D. (2019). *Mudanças de Hábitos e Rotinas nos Controles de Gestão Provocadas pelo SPED em um Grupo Empresarial do Sul do Brasil*. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio De Janeiro v. 14, n. 3, p. 22-42. DOI: 10.21446/scg_ufrj.v0i0.22562
- Bezerra, M. P. (2010). *Os impactos sobre o profissional de contabilidade com implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)*. Fortaleza – CE.
- Brasil. Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de (2007). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm. Acesso em: 24 de setembro de 2019.
- Brasil. Decreto nº 7.979, de 08 de abril de 2013. (2013). Altera o Decreto no 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que instituiu o *Sistema Público de Escrituração Digital - SPED*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7979.htm. Acesso em: 24 de set de 2019.
- Colauto, R. D., Beuren, I. M. (Org.) (2006). *Coleta, análise e interpretação dos dados*. In BEUREN, I. M. *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. atual. São Paulo: Atlas.
- Crepaldi, S. A. (2019). *Contabilidade Rural: uma abordagem decisoria*. 9 ed. São Paulo: Atlas.
- Costa, M. S., Libonati, J. J., Rodrigues, R. N. (2004). Conhecimentos sobre particularidades da contabilidade rural: um estudo exploratório com contadores da região metropolitana de Recife. *ConTexto*, v. 4, n. 7.

- Dal Magro, C. B., Vogt, M., Degenhart, L., Cunha, L.C., Rosa, F. S. (2016). *Contabilidade Rural e de Custos aplicada à atividade leiteira: um estudo de caso em uma propriedade rural do Oeste de Santa Catarina*. ABCustos, v. 11, n. 2. DOI: <https://doi.org/10.47179/abcustos.v11i2.386>
- Diário do Iguazu (2019). *Santa Catarina lidera no cooperativismo brasileiro*. Disponível em <https://www.diariodoiguacu.com.br/noticias/detalhes/santa-catarina-lidera-no-cooperativismo-brasileiro-49190>. Acesso em 20 de maio de 2020.
- Diário Oficial da União (2019). *Cronograma de implantação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social)*. Disponível em <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.419-de-23-de-dezembro-de-2019-235209348> Acesso em 26 de Maio de 2020.
- Fernandez, M. L. A. (2012). *Avaliação da utilização de documentos fiscais eletrônicos na rastreabilidade de carga*. (Dissertação de mestrado). Escola Politécnica da Universidade São Paulo. São Paulo, 2012.
- Fonseca, R. A., Nascimento, N. F., Ferreira, R. N., Nazareth (2015). *Contabilidade rural no agronegócio brasileiro*. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, v. 12, p. 1-12. Acesso em 15 de Ago de 2019.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas. Acesso em: 05 de nov de 2019.
- Gonçalves, A., Nascimento, L. A., Bouzada, M., Pitassi, C. (2016). *Factors that Influence the Adoption and Implementation of Public Digital Accounting According to the Evaluation by Managers of Brazilian Companies*. Journal of Information Systems and Technology Management, v. 13, n. 2, p. 193-218.
- Hofer, E., Pacheco, V., Souza, A., Protil, R. M. (2011). *A relevância do controle contábil para o desenvolvimento do agronegócio em pequenas e médias propriedades rurais*. Revista Contabilidade e Controladoria, v. 3, n. 1. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v3i1.21490>
- Kruger, S. D., Mazzioni, S., Boettcher, S. F. (2009). *A importância da contabilidade para a gestão das propriedades rurais*. Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC.
- Lima, F. F., Zamprogna, L. M. B., Anschau, C. T. (2016). *A influência do uso de tecnologia na tomada de decisão dos gestores rurais da região oeste de Santa Catarina*. Revista Tecnológica, v. 5, n. 2, p. 16-37.
- Marion, J. C (2020). *Contabilidade rural: agrícola, pecuária e importo de renda*. 15 ed. São Paulo, Atlas.
- Mazzioni, S., Zanin, A., Kruger, S. D., Rocha, J. L. K. (2007). *A importância dos controles gerenciais para o agribusiness*. Revista Catarinense da Ciência Contábil, Florianópolis, v.6, p.9-26.
- Moresi, E. (2003). *Metodologia da Pesquisa*. Brasília – DF: Universidade Católica de Brasília – UCB.
- Nascimento, G. C. (2013). *Sped: Sistema Público de Escrituração Digital sem armadilhas*. São Paulo: Trevisan.
- Nascimento, V. L., Morais, M. I., Fernandes, T., Silva, M. A. J., Fernandes, T. (2016). *Percepção do uso da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) por produtores rurais do município de Nova Olímpia-Mato Grosso*. Revista UNEMAT de Contabilidade, v. 4, n. 8. DOI: <http://dx.doi.org/10.30681/ruc.v4i8.903>
- Portal NF-e do Brasil. Disponível em: <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=>. Acesso em: 26 de Set de 2019.

- Pinhalzinho, *História do município*. Disponível em <http://www.pinhalzinho.sc.gov.br/historia>
Acesso em 27 de maio de 2020.
- Raupp, F. M., Beuren, I. M. (2012). *Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais*. In: BEUREN, I. M. (Org.). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 3. ed. São Paulo: Atlas.
- Receita Federal Do Brasil (RFB) (2017). *Sistema Público de Escrituração Digital SPED*. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/967> . Acesso em: 24 de set de 2019.
- Receita Federal Do Brasil (RFB) (2017). *Sistema Público de Escrituração Digital SPED*. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/965> . Acesso em: 24 de set de 2019.
- Rodrigues, S. J. L., Barbosa, J. F. M. (2017). *Contabilidade Rural: A Importância do Contador nas Empresas Rurais de Pequeno Porte no Município de Ouro verde de Goiás-GO*. Anais SNCMA, v. 8, n. 1.
- Ruschel, M. E., Frezza, R., Utzig, M. J. S. (2011). *O impacto do SPED na Contabilidade desafios e perspectivas do profissional contábil*. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 10, n.29, p. 9-26.
- Secretaria De Estado Da Fazenda. *Obrigações acessórias por meio eletrônico*. http://legislacao.sef.sc.gov.br/legtrib_internet/html/regulamentos/icms/ricms_01_11.htm. Acesso em 25 de maio de 2020.
- Silva Filho, G. M., Leite Filho, P. A. M., Pereira, T. R. L. (2015). *Sistema público de escrituração digital: benefícios e dificuldades na visão dos operadores de contabilidade do município de João Pessoa*. *Revista Mineira de Contabilidade*, v.16, n.3, p. 50-60.
- Silva, A. F., Passos, G. R. P., Gallo, M. F., Peters, M. R. S. (2013). *Sped – Sistema Público de Escrituração Digital: influência nos resultados econômico-financeiros declarados pelas empresas*. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, v. 15, n. 48, p. 445-461.
- Sistema Público De Escrituração Digital - Estado Do Paraná. Disponível em <http://www.sped.fazenda.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=127> . Acesso em 02 de Out de 2019.
- Zanin, A., Oenning, V., Tres, N., Kruger, S. D., Gubiani, C. A. (2014). *Gestão das propriedades rurais do Oeste de Santa Catarina: as fragilidades da estrutura organizacional e a necessidade do uso de controles contábeis*. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, v. 13, n. 40, p. 9-19.
- Zanin, Paula, A. M., Rafaloski, J., Camargo, T. F. (2018). *Nível de preparação dos profissionais de escritórios de contabilidade do oeste catarinense para implantação do E-Social*. In: Editora Poisson. (Org.). *Gestão da Produção em Foco*. 1ed. Belo Horizonte: Editora Poisson, v. 15, p. 207-217.
- Zanin, Polli, O. L., Silveira, L. S. F., Barichello, R., Reis, J. A. F. (2017). *Fatores dificultadores na fase pré-implantação do e-social na concepção de instituições comunitárias de ensino superior de Santa Catarina*. *Revista Gestão Universitária da América Latina*, v. 10, p. 189-209.